



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009430-51.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Tutela Cautelar Antecedente - Medida Cautelar**  
 Requerente: **Eder Antonio Zambon**  
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Eder Antonio Zambon propôs a presente ação cautelar antecedente contra os réus Telefônica Brasil S/A e Banco Bradesco S/A, requerendo: a) sejam os réus compelidos a exibir os contratos e/ou telas de sistemas referentes à contratação, pelo autor, de linha telefônica no sistema de participação financeira promovido pelo Plano de Expansão. Sustenta o autor que, assim como milhares de outras pessoas, fez investimento no valor de R\$ 1.117,63 (mil cento e dezessete reais e sessenta e três centavos) para adquirir uma linha telefônica pelo Plano de Expansão da Telesp (através de sua controladora Telebras), plano este que lhe conferia o direito automático a ações da companhia. No entanto, após integralizar este montante, os consumidores foram lesados pela empresa, já que esta, com base em cláusula contratual já declarada nula, inválida e ineficaz, subscreveu em favor destes apenas 3.463 ações, realizando a conversão com base em cálculo que considerava o valor de mercado das respectivas ações (em aproximadamente R\$ 0,32266 cada, à época) e ignorava o Valor Patrimonial da Ação (VPA), que é apurado com base no balancete do mês da integralização. Caso as ações tivessem sido subscritas corretamente com base no VPA (conforme preconiza a Súmula 371 do Superior Tribunal de Justiça), a maioria dos investidores teria direito a 6.436 ações, no valor aproximado de R\$ 0,17364 (dezessete centavos) cada. Houve, assim, subscrição a menor de 2.973 ações em favor de uma grande quantidade de consumidores. Aduz que celebrou com a ré contrato de participação financeira para recebimento de ações da empresa Telefônica. No entanto, a emissão e a capitalização das ações ocorreram em momento diverso da integralização realizada pelo autor, acarretando-lhe prejuízos. Pleiteia a exibição dos documentos declinados na exordial.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O réu Banco Bradesco SA, em contestação de folhas 62/65, suscita preliminar de falta de interesse de agir e, no mérito, requer a improcedência do pedido.

A ré Telefônica Brasil SA, em contestação de folhas 68/76, suscita preliminar de falta de interesse de agir, inépcia da petição inicial e de prescrição da pretensão do autor. No mérito, requer a improcedência do pedido.

Réplica de folhas 84/91.

Relatei. Decido.

De início, afasto a preliminar de falta de interesse de agir, por ser matéria de mérito.

Afasto, ainda, a preliminar de inépcia da inicial, pois da causa de pedir decorre logicamente o pedido e a questão atinente à falta de documentos refere-se ao mérito da ação.

Afasto, finalmente, a prejudicial de prescrição, visto que o autor aduz que teve seu direito reconhecido em ação civil pública, necessitando dos documentos mencionados na inicial para executar individualmente a sentença coletiva.

Assim, o prazo prescricional é o quinquenal, contado do trânsito em julgado da sentença coletiva.

**Nesse sentido:**

Apelação Ação de exibição de documentos envolvendo contrato de participação financeira no plano de expansão de telefonia e sua radiografia - Procedência do pedido Recurso da TELEFÔNICA Não ocorrência de prescrição - Prazo quinquenal do trânsito em julgado da sentença proferida em ação civil pública - Precedente do C. STJ (RESp1.273.643/PR) Radiografia que não é suficiente para instruir eventual fase de cumprimento de sentença, na medida em que a própria recorrente colacionou ao recurso outros documentos úteis para a liquidação (balancetes dos meses de contratação e de subscrição) Manutenção dos ônus da sucumbência Ausência de prova da resposta ao pedido administrativo, o que deu azo à propositura da demanda Não provimento. (Recurso nº 00098345320158260664 - Relator(a): Enio Zuliani; Comarca: Votuporanga; Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 23/06/2016; Data de registro: 28/06/2016).

No mérito, a pretensão é improcedente.

Nenhum documento foi amealhado aos autos pelo autor no sentido de demonstrar a partir de quando adquiriu o uso de linha telefônica do plano de expansão da Telesp.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ainda que presente a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, é indispensável ao consumidor reunir o mínimo de indícios que apontem para a existência da relação jurídica discutida em juízo.

Ademais, o único documento colacionado pelo autor relativo à aquisição de linha telefônica demonstra que ele não adquiriu da ré a linha telefônica pelo plano de expansão, o que lhe daria, eventualmente, o direito ao recebimento de eventuais ações, mas adquiriu de terceiro (**confira folhas 49/50**).

Assim, porque não logrou êxito em demonstrar a participação acionária quando da aquisição da linha telefônica junto ao plano de expansão da Telesp, a improcedência é medida de rigor.

Diante do exposto, rejeito o pedido, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da causa para o patrono de cada uma das rés, com atualização monetária a partir da distribuição e juros de mora a partir do trânsito em julgado, observando-se os benefícios da justiça gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 29 de outubro de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**